



Controladoria-Geral da União: Zelando pela boa aplicação dos recursos públicos

VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

Maio de 2013

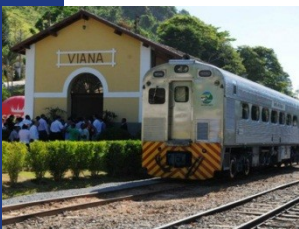


O desafio do Controle é do tamanho do Brasil !



Ações da CGU-Dados de 2011

- 10 mil Ordens de serviço geradas
- 15 mil recomendações expedidas
- 11 mil servidores capacitados
- 25 Operações especiais realizadas
- 1100 TCE analisadas
- 640 Auditorias Anuais de contas
- 70 projetos de relacionados a organismos internacionais Auditados





A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão do Governo Federal responsável por assistir direta e imediatamente ao Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo, sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.





Controle Interno= Existe em vários países, em vários modelos





ÁREAS E FORMAS DE ATUAÇÃO DA CGU

A CGU desenvolve ações de:

1) Controle Interno

2) Ouvidoria

3) Correição

4) Prevenção da Corrupção

Orientação

Auditoria

Fiscalização

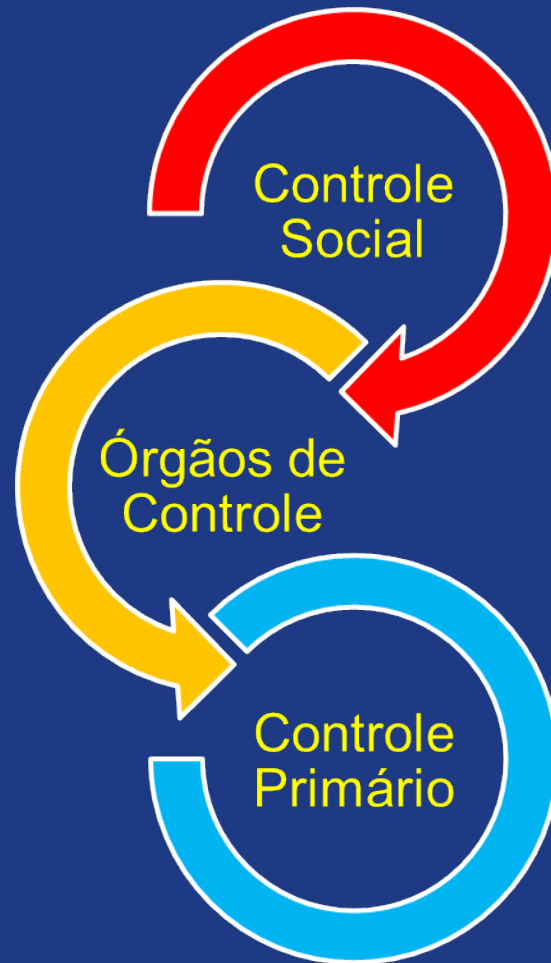


Linhas de atuação

- 1 - Orientação Preventiva aos Gestores Públicos
- 2 - Avaliação da Gestão dos Administradores
- 3 – Ações Investigativas
- 4 -Avaliação de Execução dos Programas de Governo



A CGU é um órgão de supervisão, de nível macro





Controle Primário – base legal

Decreto- Lei n.º 200/67

Capítulo III – Da Descentralização

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§5.º Ressalvados os casos de manifesta impraticabilidade ou inconveniência, a execução de programas federais de caráter nitidamente local deverá ser delegada, no todo ou em parte, mediante convênio, aos órgãos estaduais ou municipais incumbidos de serviços correspondentes.

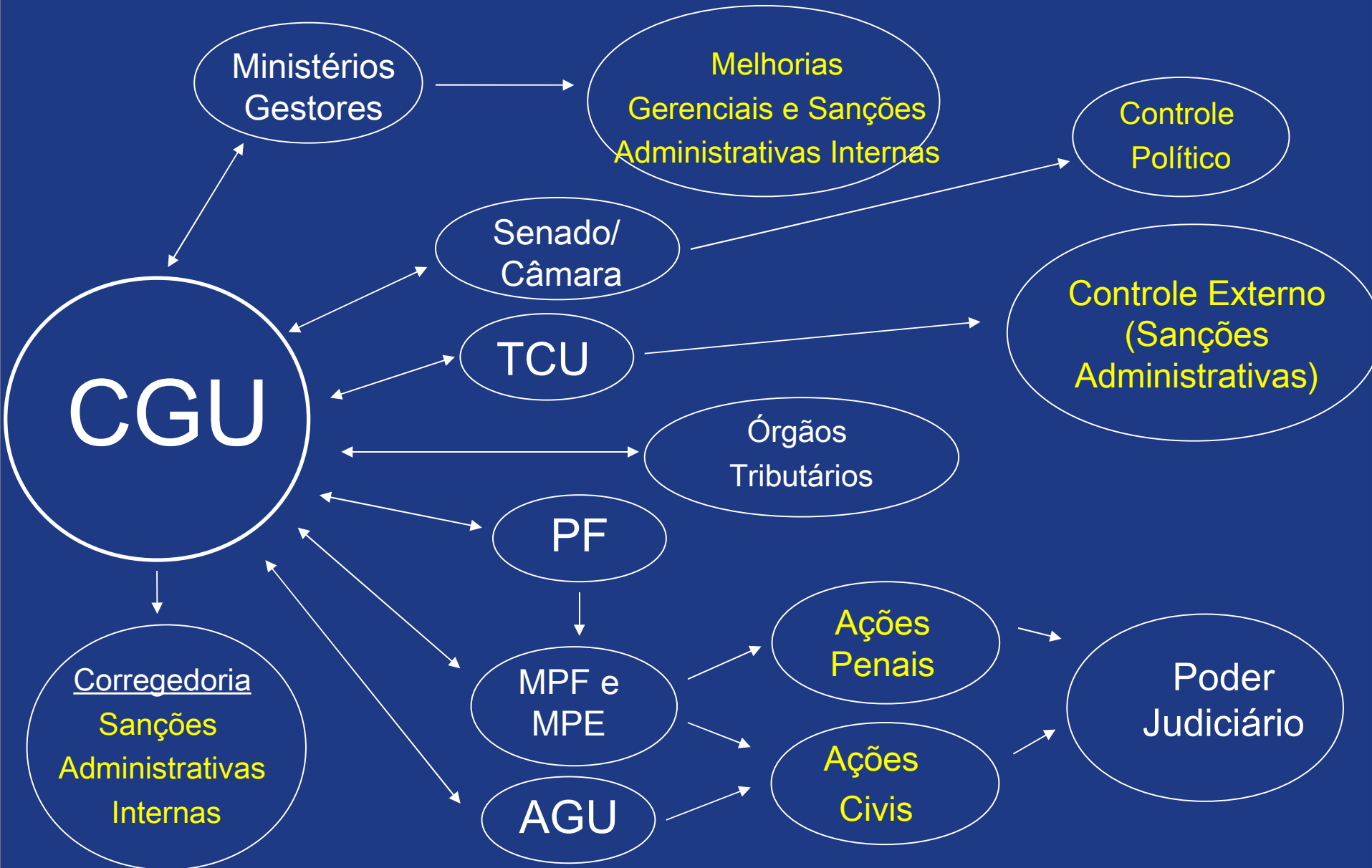
§6.º Os órgãos federais responsáveis pelos programas conservarão a autoridade normativa e exercerão controle e fiscalização indispensáveis sobre a execução local, condicionando-se a liberação dos recursos ao fiel cumprimento dos programas e convênios.



- Conforme prevê a legislação, o primeiro nível de controle é de responsabilidade de cada Gestor
- No âmbito do Executivo Federal, cabe à CGU o segundo nível de controle, ou seja, **avaliar e supervisionar a consistência desses controles**, bem como **a execução das ações e programas governamentais**, nos aspectos de eficácia, eficiência, efetividade, economicidade e legalidade

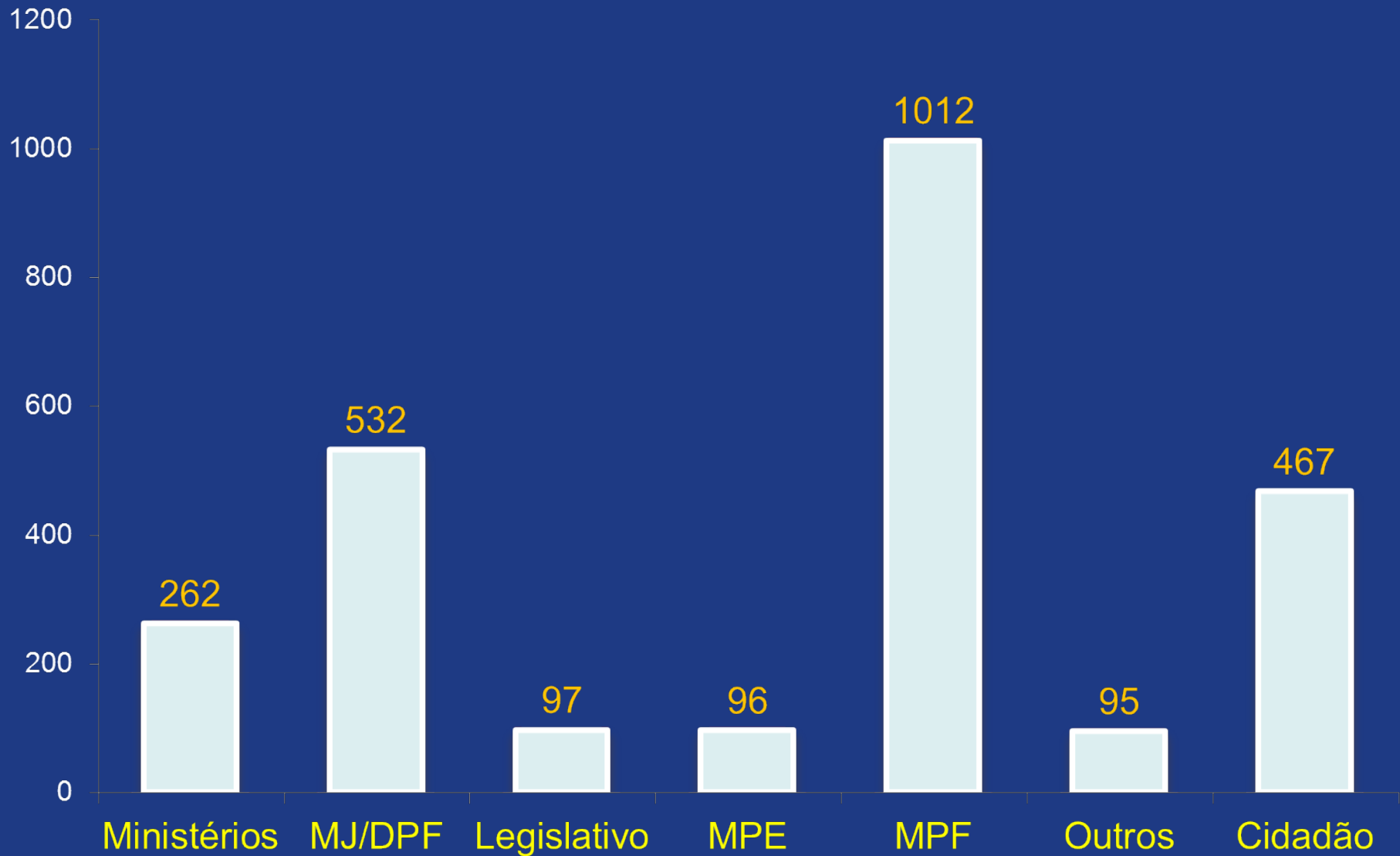


Encaminhamento dos Resultados das ações de Controle





Origem das Demandas Externas (2012)





Ações fiscalizatórias

=

Comprovar a execução e a legalidade do
orçamento





Controladoria-Geral da União Transparência Ativa

CGU

Disponibilização de relatórios de ações de controle no site da CGU na Internet

The screenshot displays the homepage of the Controladoria-Geral da União (CGU). The header features the CGU logo and navigation options for English and Spanish. A search bar is located in the top right. The main navigation menu includes 'Controle Interno', 'Prevenção da Corrupção', 'Correição', and 'Ouvidoria'. The central content area is divided into sections: 'NOTÍCIAS' with a headline 'CGU demite servidor federal acusado de enriquecimento ilícito', 'FISCALIZAÇÃO' with 'CGU realiza 38º sorteio e define 60 municípios a serem fiscalizados', and 'ARTICULAÇÃO' with 'Enccla inicia trabalhos de 2013 com investimentos na gestão de ações'. A large red arrow points to the 'Pesquisa de Relatórios' (Search for Reports) button, which is highlighted in blue and includes the text 'Auditoria, Fiscalização e Avaliação'. The right sidebar contains links for 'Fiscalização', 'Aposentadoria', 'Cidadão', and 'CEIS'. The bottom of the page features a 'Portal da Transparência' link and a '162' contact number for the Tridígito 162 service.



Ferramenta de consulta

sistemas.cgu.gov.br/relats/relatorios.php

Controladoria-Geral da União

Pesquisa de relatórios de fiscalização, auditoria e avaliação.

Linha de Atuação	Selecione	Ano de Publicação	
Título		Ministério	Selecione
Município	Selecione	UF	Selecione
		Número Sorteio	

Pesquisar

Linha de Atuação	Ano	Título	Ministério	Município/UF	Nº Sorteio	Relatório
------------------	-----	--------	------------	--------------	------------	-----------



Controladoria-Geral da União

Transparência Ativa

Consulta aos relatórios

CGU

sistemas.cgu.gov.br/relats/relatorios.php?linha_atuacao=Avaliação+da+Gestão+dos+Administradores+%2F+Auditoria+Anual+de+Contas&ano=&titulo=&ministerio=Selecione&ano_exercicio=&p

Controladoria-Geral da União

Pesquisa de relatórios de fiscalização, auditoria e avaliação.

Formulário de pesquisa com campos para:

- Linha de Atuação: Avaliação da Gestão dos Administradores / Auditoria Anual de
- Ano de Publicação: []
- Título: []
- Ministério: Selecione
- UF: Rio de Janeiro
- Município: Selecione
- Número Sorteio: []
- Botão: Pesquisar



Linha de Atuação	Ano	Título	Ministério	Município/UF	Nº Sorteio	Relatório
Avaliação da Gestão dos Administradores / Auditoria Anual de Contas	2012	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício 2011 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Educação	Rio de Janeiro/RJ		
Avaliação da Gestão dos Administradores / Auditoria Anual de Contas	2012	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício 2011 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	Educação	Rio de Janeiro/RJ		
Avaliação da Gestão dos Administradores / Auditoria Anual de Contas	2012	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício 2011 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Educação	Niterói/RJ		
Avaliação da Gestão dos Administradores / Auditoria Anual de Contas	2012	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício 2011 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	Educação	Seropédica/RJ		
Avaliação da Gestão dos Administradores / Auditoria Anual de Contas	2012	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício 2011 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	Fazenda	Rio de Janeiro/RJ		
Avaliação da Gestão dos Administradores / Auditoria Anual de Contas	2012	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício 2011 - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - RJ	Fazenda	Rio de Janeiro/RJ		
Avaliação da Gestão dos Administradores / Auditoria Anual de Contas	2012	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício 2011 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. CELSO S. DA FONSE	Educação	Rio de Janeiro/RJ		
Avaliação da Gestão dos Administradores / Auditoria Anual de Contas	2012	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício 2011 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF/RJ	Fazenda	Rio de Janeiro/RJ		
Avaliação da Gestão dos Administradores / Auditoria Anual de Contas	2012	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício 2011 - NÚCLEO ESTADUAL DO MS/RJ	Saúde	Rio de Janeiro/RJ		
Avaliação da Gestão dos Administradores / Auditoria Anual de Contas	2012	Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício 2011 - FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS	Ciência, Tecnologia e Inovação	Rio de Janeiro/RJ		



***O CONTROLE INTERNO ESTÁ MAIS PRÓXIMO DA
GESTÃO E TEM COMPROMISSO COM A
ORIENTAÇÃO AO GESTOR, COM A MELHORIA DOS
PROCESSOS***





Publicação de Cartilhas

Diárias e passagens

Perguntas e respostas

Sistema de Registro de Preços

Anotações importantes sobre o Sistema de registro de Preços para os gestores federais, estaduais e municipais melhorarem o planejamento e o controle

Controladoria-Geral da União
Secretaria Federal de Controle Interno

Licitações e Contratos Administrativos

Perguntas e respostas

Controladoria-Geral da União
Secretaria Federal de Controle Interno

Contratação de Consultorias

Perguntas e Respostas relativas a gestão de Projetos de Cooperação Técnica Internacional

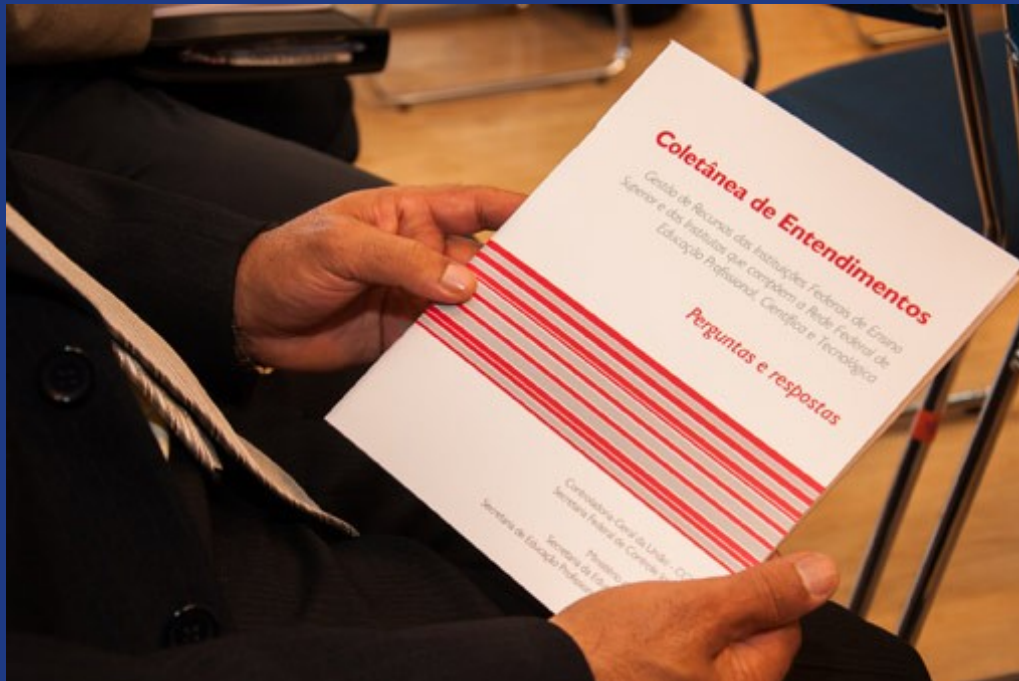
Viagens no âmbito de Projetos de Cooperação

Perguntas e Respostas relativas a gestão de Projetos de Cooperação Técnica Internacional

Volume II



Coletânea de Entendimentos



- Sistema –S
- Sistema Sebrae
- MEC-IFES
- MinC (Em elaboração)



Cursos



Reuniões de
busca conjunta de soluções

Seminários





Fortalecimento das Auditorias Internas das IFES



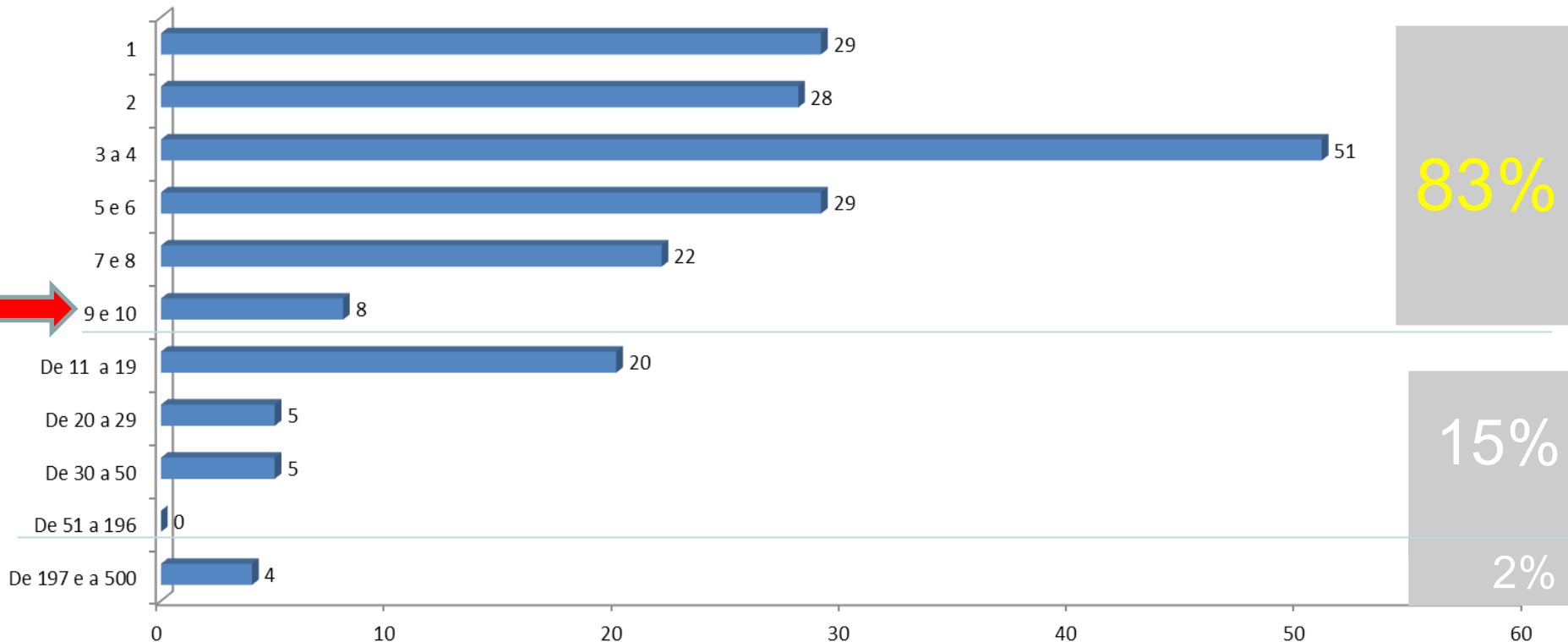
Apoio ao dirigente na construção da autonomia





Perfil das Auditorias Internas

Quantidade de Entidades segregadas quanto à quantidade da equipe



IFES concentram Auditorias Internas <10 integrantes

Entidade	Quantidade
Banco do Brasil S.A.	509
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	222
Coord. Geral de Finanças do INSS no DF	266
Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS	197



Construção de soluções em parceria com o gestor federal





Problemas complexos demandam soluções em parceria com outros órgãos da Administração Pública Federal, que resultam em soluções que alteram sistemas administrativos e normas, como por exemplo:

- Decreto nº 7233/2010- Procedimentos orçamentários.
- Decreto nº 7423/2010 - Fundações de apoio
- Decreto nº 7485/2011- Professor Equivalente



A FERRAMENTA DA TRANSPARÊNCIA



PORTAL
DA TRANSPARÊNCIA

www.portaldatransparencia.gov.br



Histórico da Transparência no Brasil





Os avanços no campo da Transparência

6 • Política • Brasília, quinta-feira, 28 de junho de 2012 • CORREIO BRAZILIENSE

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

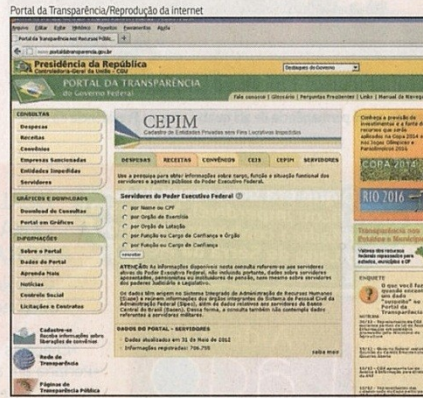
Executivo publica salários de servidores

Site do governo disponibiliza aos cidadãos dados sobre os vencimentos da administração pública federal. Entidades protestam

↳ LARISSA LEITE

A Controladoria-Geral da União (CGU) divulgou, na noite de ontem, os salários dos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal. O ato cumpre determinação da Lei de Acesso à Informação, sancionada em maio pela presidente Dilma Rousseff. O ministro-chefe da CGU, Jorge Hage, exaltou a norma: "A presidente Dilma Rousseff, ao decidir incluir no decreto regulamentador da Lei de Acesso esse dispositivo, determinando a divulgação individualizada das remunerações dos ministros, secretários executivos, secretários nacionais e da sua própria, dá mais uma demonstração clara de que vivemos uma nova etapa na ética pública e no respeito aos cidadãos".

Entre os vencimentos informados no Portal da Transparência, está o da própria presidente, cuja remuneração bruta é de R\$ 26.723,13 — com as deduções do Imposto de Renda retido na fonte (R\$ 6.473,86) e da previdência oficial (R\$ 420,79) — o salário de



Portal da Transparência: marco da administração federal

Outros países

Alguns países americanos, como Estados Unidos, Peru, Paraguai, Chile e República Dominicana, disponibilizam a quem quiser saber a remuneração dos servidores. No Peru, por exemplo, a lista é atualizada a cada três meses. É possível fazer a busca por variáveis como gastos com os funcionários, nome e cargo. Na página do Ministério Público da República Dominicana, também é possível acessar as informações individualizadas dos funcionários públicos. Nos Estados Unidos, onde os salários são divulgados desde 1995, todo ano o presidente envia ao Congresso a lista referente a quanto cada funcionário recebeu. Disponível na internet desde 2009, o documento é elaborado em ordem alfabética, mostrando o cargo, o status e o salário do empregado.

transparência do dinheiro público, a medida foi criticada por entidades que representam o funcionalismo. "Nós defendemos a transparência e o combate à corrupção. Mas questionamos a

mal-intencionadas." Ele informou que aguarda parecer jurídico para checar se poderá recorrer na Justiça contra a divulgação das remunerações — o que ele considera "o direito de

» Como funciona

Confira como é a consulta às remunerações dos servidores públicos do Executivo federal.

» Acesse o site do Portal da Transparência — www.portaldatransparencia.gov.br.

» Clique na aba "servidores" e escolha o critério da consulta (por nome ou CPF; por órgão de exercício; por órgão de lotação; por função ou cargo de confiança; ou por função ou cargo de confiança).

» Os primeiros dados são referente a maio, mas serão atualizados mensalmente.

» São informadas a remuneração básica, as remunerações eventuais, os jetons (quando houver), o abate-teto (quando houver, referente ao limite legal) e as deduções obrigatórias.

» As informações referem-se aos servidores ativos do Poder Executivo Federal. As Forças Armadas divulgarão os dados dos militares em 30 de julho e os Poderes Judiciário e Legislativo ainda definirão as datas para liberarem os contracheques dos respectivos funcionários.

caráter pessoal, como o pagamento de pensões e de empréstimos consignados.

A divulgação de ontem se antecipou ao prazo previsto na Portaria ministerial nº 233, que

enado
divulgar
vidores
Federal e do STF
nas duas casas
Como implementar a informação em 5.000? Será muito difícil.
o direito à informação das pessoas? Há tremendas. Há depois da sanção de crianças em idades altas reservadas de elite, ajuizou o acesso à informação de todas as crianças em idade de matrícula. A exposição dessa Corte do país a uma de matrículas. As crianças eram notórias que tinham. México, pesquisadas, por meio de

A4 Valor Quarta-feira, 16 de maio de 2012
Brasil
Políticas públicas Instituto sobre as obras nas 12 cidades
Enti...
Quarta-feira, 30 de maio de 2012
Arquivo Nacional
Informações sobre repressão po...
Cássio Bruno
carlos.bruno@iglobo.com.br
• A partir de 17 de junho, o Arquivo Nacional vai disponibilizar ao público documentos do período do regime militar (1964-1985). A divulgação do material, noticiada ontem pelo comunista do CLO-BO Anacarm Cois, ocorrerá em função da nova Lei de Acesso à Informação. Serão cerca de 15 milhões de páginas de acervo que incluem, entre outras coisas, dados sobre a repressão política no país e a vida privada de alguns dos 38 órgãos de governo como Forças Armadas, universidades e estatais. Do Centro de Aeronáutica e Espaço, os interessados poderão pesquisar, por exemplo, assuntos, atentados, processos, assaltos, questões, assaltos do Araguaia e Na Comissão

também na corrida de 2014.

noje ap...

MACO MALIA (PT-SC) PRESIDENTE... a informação... cas e sigla... a art...



Lei de Acesso à Informação Pública
Lei nº 12.527/2011 (em vigor a partir de 16 de maio de 2012)

O acesso à informação é a regra.

O sigilo é a exceção.

- Ou seja, todas as informações produzidas ou custodiadas pelo poder público e não classificadas como sigilosas são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos.
- **Lei segue tendência internacional:** cerca de 90 países já possuem leis que regulamentam o direito de acesso à informação, como EUA, Inglaterra, Índia, México, Chile e Uruguai.

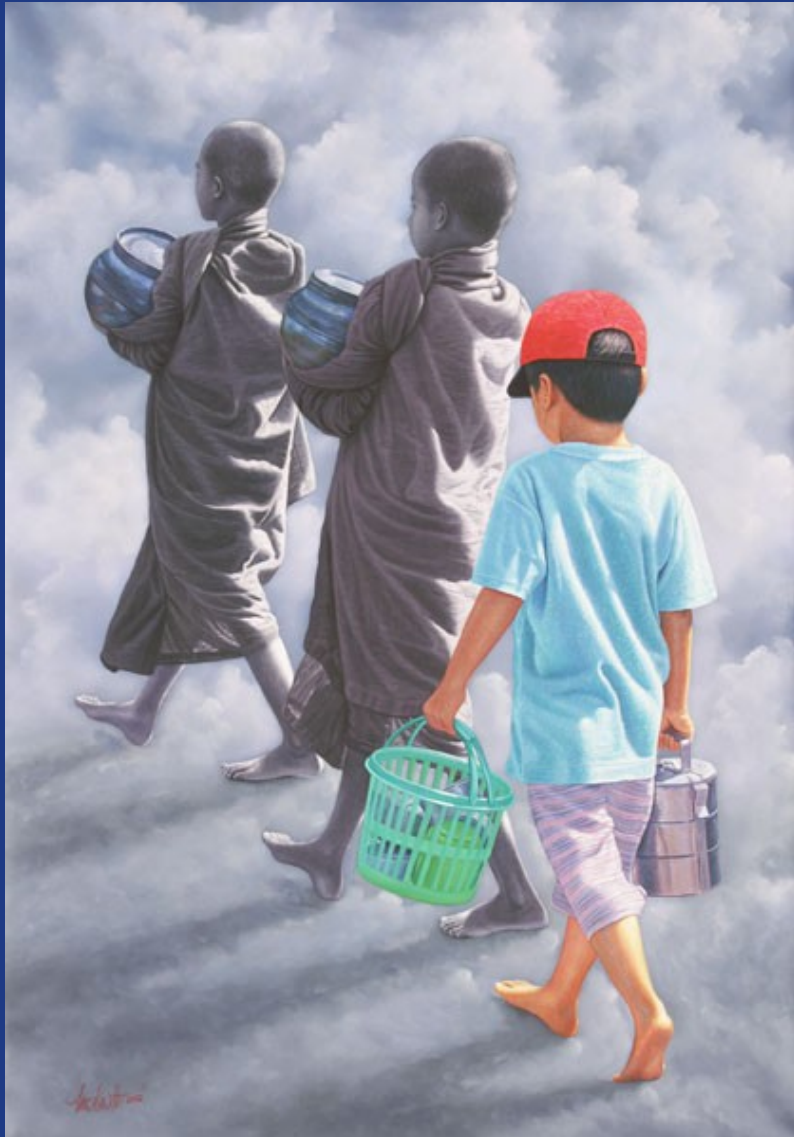


Quem deve cumprir ?

- Órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.
 - Inclui empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.
- Entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos.
 - Recursos podem vir diretamente do orçamento; ou
 - Mediante subvenções sociais, contratos de gestão, termos de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.



A transparência é um
elemento de inibição de
desvios nos recursos
públicos, pois
instrumentaliza o controle
social



Cada órgão ou entidade carrega o ônus de sua missão, diante da sociedade, com a autonomia que lhe é necessária.

*Entretanto, estas organizações não podem abrir mão da supervisão, do apoio e da parceria de titulares de funções especializadas, como é o **CONTROLE.***



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Setor de Autarquias Sul,

Quadra 1, Bloco A

Edifício Darcy Ribeiro

CEP: 70.070-905

Tel.: (61) 2020-7116

Visite o Portal da Transparência:

www.portaldatransparencia.gov.br